Com Marinho e Lula

São Paulo vai crescer de novo

O emprego vai voltar e o salário aumentar

Introdução

O plano de governo dos candidatos do PT a governador e vice-governador de São Paulo, Luiz Marinho e Ana Bock, **reafirma no Estado de São Paulo o compromisso do Plano de Governo Lula** de vencer o desafio de refundar e aprofundar a democracia no Brasil, na contramão do avanço do conservadorismo no cenário internacional, do autoritarismo na América Latina, do neoliberalismo e da intolerância no Brasil. Com Lula, **Marinho propõe ao povo paulista dar um basta** a todo esse retrocesso histórico, de modo que o Brasil e São Paulo voltem a crescer e ser felizes.

Para que São Paulo e o Brasil voltem a crescer a prioridade absoluta do governo Marinho será a geração de empregos. O governo Temer provocou, com apoio do PSDB de Alckmin e Doria e do MDB de Skaf, uma tragédia social no Estado: o desemprego atinge 3,5 milhões de pessoas (14%). Já a renda do trabalhador é hoje 7% menor do que era há quatro anos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD Contínua), do IBGE. Na Grande São Paulo, o desemprego é ainda mais grave e atinge 1,9 milhão de pessoas (17,5%). Para os jovens, é pior: 750 mil pessoas (39% do total) estão desempregadas, segundo a pesquisa SEADE/DIEESE.

As medidas do governo Marinho terão, assim, como objetivo central criar empregos e recuperar o poder de compra dos salários. As obras públicas de saneamento e habitação, como a retomada do programa Minha Casa, Minha Vida serão impulsionadas. Financiamentos serão concedidos a pequenas e medias empresas, a juros suportáveis, por meio do novo banco de Desenvolvimento e Inovação que vamos criar. Todas as ações educativas, de cultura, de saúde pública, de transportes públicos e de segurança serão voltadas para um duplo objetivo: satisfazer as necessidades do povo e retomar a geração de empregos. **Os quatro anos de Marinho trarão o pleno emprego de volta ao Estado, eliminando as vergonhosas filas por emprego que voltaram a ser formadas na Capital.**

É preciso também restabelecer o Estado Democrático de Direito e avançar na efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. O ponto de partida desta luta é o enfrentamento ao Estado de exceção seletivo levado a cabo pelo governo Temer e seus sustentáculos em São Paulo, com a cumplicidade do Judiciário e apoio ativo de parte da mídia. Com base nesse processo, poderemos avançar na superação das desigualdades e injustiças sociais históricas do Brasil.

Para tais objetivos, as diretrizes do Plano de Governo Marinho orientam, no Estado, o estabelecimento de quatro vertentes: 1. **Resgate das políticas públicas e dos direitos sociais; 2. Retomada do emprego e do desenvolvimento; 3. Modelo de gestão participativa, transparente e eficiente; 4) Democratização da comunicação**

1.Resgate das políticas públicas e dos direitos sociais

A degradação das políticas e dos serviços públicos em São Paulo é o saldo mais evidente de **duas décadas e meia de desgoverno tucano** em nosso Estado, com retrocessos marcantes nos direitos sociais. Em especial, perdas que afetam a grande parcela dos paulistas, oriundos de todos os quadrantes do País, agrupada entre os mais pobres, com renda igual ou inferior a 2 salários mínimos.

O Estado mais rico do Brasil é um **grande símbolo da nossa desigualdade social**, pois aqui se concentra a nata do 1% mais rico, que detém mais de 23% da renda nacional. Em São Paulo, só as 21 pessoas mais ricas detêm fortunas superiores à metade do que ganham em um ano o conjunto das pessoas ocupadas, segundo dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), do IBGE. Sozinhos, controlam um patrimônio equivalente a 119 bilhões de dólares.

A brutal desproporção da contribuição dos ricos e super-ricos na arrecadação tributária federal tem grandes implicações para Estados e municípios. Em primeiro lugar, **existe uma subcontribuição por parte da camada privilegiada**, de vez que inexiste incidência de impostos sobre lucros e dividendos e também porque é muito baixa a cobrança de impostos sobre a propriedade, comparativamente ao mundo.

Em segundo lugar, como a tributação principal acontece indiretamente, sobre o consumo de bens e serviços – portanto do ICMS –, **os pobres pagam proporcionalmente mais tributos do que os ricos e super-ricos**. Em situação de crise como a atual, de inteira responsabilidade do governo Temer e dos tucanos, a capacidade do governo de entregar serviços de qualidade diminui ainda mais. É o que nos propomos a combater com esse plano de governo, tornando Luiz Marinho governador de São Paulo.

Recuperação da educação pública - O governo Luiz Marinho empreenderá em todo o Estado uma **ação coordenada entre a educação, a cultura, o esporte e o lazer**, com foco na grande proposta do programa do presidente Lula para o próximo quadriênio: a refundação democrática e a retomada da soberania nacional e popular do País. Nesse esforço, a rede escolar pública é fundamental para a democratização e a afirmação nacional.

Apesar de o Estado ser o mais rico da Federação, o governo paga um salário base de R$ 2.300,00, que é, proporcionalmente, o mais baixo dos 27 Estados e 60% menor do que recebe um professor do Maranhão, que paga R$ 5.750,00. O governo moveu, inclusive, uma ação contra a lei do piso, para não pagar o mínimo aos professores, demonstrando o **descompromisso com a qualidade do ensino e a valorização do magistério**.

O estado físico das escolas estaduais é crítico, e a imagem mais frequente nas periferias das cidades paulistas é a **escola de grades, sitiada, que mais afugenta do que atrai**. Estima-se que existam **298 mil alunos fora da escola**, dos quais aproximadamente 90 mil estão nas esferas de competência municipais. Já no ensino superior, mais de 170 mil jovens abandonaram a graduação em 2017 e tiveram que adiar o sonho de obter formação superior.

Conforme dados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP, 2016), 47% dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental demonstraram um domínio mínimo ou insuficiente (abaixo do básico ou básico) dos conteúdos, habilidades e competências desejáveis para a série escolar em que se encontram. Esses números vão a 78% no 9º ano e 68% no 3º ano do Ensino Médio em Língua Portuguesa. O desempenho em matemática consegue ser ainda pior.

O governo Marinho implantará, entre outras, as seguintes diretrizes:

- **Pacto pela educação**, envolvendo os pais, os alunos, o Ministério Público, os empresários, a sociedade como um todo, cumprindo o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Estadual de Educação, articulando as atividades culturais e esportivas com as educacionais;
- **Sistema Único de Educação**, da educação básica à superior, integrando a formação inicial e continuada e combatendo as desigualdades sociais, regionais e os preconceitos de gênero, raça e sexualidade;

  O governo Marinho trará de volta ao sistema de ensino os 298 mil jovens excluídos da escola, se necessário oferecendo bolsas de estudo, de modo a sanar uma das heranças mais negativas do PSDB na educação básica de São Paulo;

- **Implantará um sistema de acompanhamento que inclua as famílias e combata a evasão e o abandono escolar**;
- **O governo Marinho dobrará o piso salarial dos professores da rede pública nos primeiros quatro anos de gestão, alcançando R$ 4.466,00;**
- **Será adotado um novo padrão arquitetônico de funcionalidade para as escolas**, dotando-as de equipamentos esportivos e culturais, tais como ginásios de esportes, auditórios, laboratórios, salas de leitura, bibliotecas, campos de futebol e demais equipamentos para a prática do esporte, com total transversalidade nas ações de educação, cultura, esportes e lazer;
- **Criar os "Territórios CEUS**" em parceria com os Municípios e União, utilizando os equipamentos já existentes de Cultura, Esporte, Lazer e de Meio Ambiente;
- **Será dada atenção prioritária à educação inclusiva** em todos os níveis do ensino, com atendimento especializado aos alunos com deficiências e também com altas habilidades;
- **Aprofundar os programas de êxito das gestões Lula-Dilma, como o "Ciências Sem Fronteiras" e a política de cotas**, respeitando-se a reserva de no mínimo 50% das vagas em todos os cursos, para alunos das escolas públicas, negros, pardos e indígenas (conforme a Lei nº 12.711/2012), assim como a nota do Enem será a baliza fundamental para ingresso em todas as universidades públicas do Estado de São Paulo e as Fatecs;
- **Investir ao menos 1% do orçamento do Estado no esporte;**

- Democratizar o acesso ao esporte, possibilitando a prática cotidiana para toda a população, visando a melhoria da qualidade de vida, a saúde e a integração social;

- Promover a iniciação esportiva e a formação de base;

- **Plano Estadual de Permanência Estudantil**, com o principal objetivo de garantir que o estudante do ensino médio e da universidade pública se mantenha estudando até a conclusão do curso;
- **Democratização do ensino**, garantindo que os jovens mais vulneráveis estejam nas escolas e universidades públicas;
- Elaborar em conjunto com o Município e União um plano de expansão, onde houver necessidade, da rede física de escolas, por meio de novas construções ou readequação das existentes, para o efetivo atendimento integral dos estudantes de toda Educação Básica;
- Será triplicado o número de alunos na educação integral, hoje restrita a apenas 3% dos alunos;
- Reativar as Escolas Rurais no ensino fundamental, com proposta pedagógica e grade curricular específica, com investimentos na formação técnica do professor e demais cargos da estrutura de ensino;
- Garantir acessibilidade e lançar mão de tecnologias assistidas (produtos, recursos, metodologias e práticas) para promover a funcionalidade, atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;
- O governo vai construir uma politica pública de Educação em Direitos Humanos para reverter a naturalização da violência, o preconceito e a discriminação;
- Efetivará o ensino de História e Cultura da África, dos Afrobrasileiros e dos Povos Indígenas com base na Lei 11.645/2008;
- O governo vai estabelecer uma politica estadual para a alfabetização de adultos para cumprimento da meta de erradicação do analfabetismo;
- Ampliar a oferta e melhoria da qualidade de jovens e adultos, articulando-a com a educação de profissional e tecnológica;
- Ampliar a oferta de EJA no sistema prisional;
- Será criado um sistema de assistência estudantil para cobrir alimentação, transporte e moradia, mediante bolsas contidas nos programas dos alunos: pesquisador, jovem aprendiz, estágios remunerados e intercâmbios, entre outros;
- No Ensino Superior, haverá eleição direta para escolha dos reitores das universidades estaduais;
- Criar, no âmbito da Secretaria da Educação, programa de Residência Educacional nos cursos de licenciaturas para os futuros professores para permitir uma melhor articulação entre as instituições formadoras e a rede estadual;

- O governo Marinho vai investir no mínimo 2% do orçamento na cultura;
- O governo Marinho vai adotar ações que promovam amplo acesso da população aos bens culturais, atacando o problema da exclusão cultural e da elitização das artes e das manifestações artísticas, feitas pelo povo mas interditadas à fruição do povo;
- Descentralizar o orçamento da cultura por meio de editais regionais;
- Criar a Universidade do Esporte, com 43 modalidades olímpicas e cursos específicos, como o de Medicina Esportiva, com atenção especial para a prática dos esportes paralímpicos;
- Cumprimento das 21 metas do **Plano Estadual de Educação**, entre as quais encontram-se a valorização salarial e profissional do magistério.

Resgate da saúde pública - Partimos da concepção ampliada de **saúde como um direito universal**, estabelecida na Constituição Federal apenas em 1988, como uma conquista social, resultado da luta contra a ditadura e pela volta das liberdades democráticas. Defendemos que a saúde é direito de todos e dever do Estado, um direito de cidadania. Os sucessivos governos tucanos foram incapazes de coordenar o sistema estadual de saúde e garantir o acesso universal, integral e equânime à saúde. Os privilégios políticos para determinados grupos de interesse foram colocados acima dos interesses da maioria da população paulista. **Nosso compromisso é com a saúde e a defesa da vida. Vamos priorizar a gestão solidária e compartilhada do SUS com todos os municípios paulistas e coordenar efetivamente o Sistema Estadual de Saúde**, apoiando técnica e financeiramente os municípios e fortalecendo o processo de regionalização solidária, com valorização dos espaços de pactuação e gestão compartilhada entre gestores, trabalhadores e usuários do SUS

Está previsto em nossa agenda de governo:

- Fazer uma **revolução no cuidado especializado**, por meio da **implantação do MAIS ESPECIALIDADES–SP**, garantindo acesso, com qualidade e em tempo oportuno, às consultas, exames e procedimentos especializados feitos por equipe multiprofissional, por meio de parcerias em cada região de saúde entre a rede estadual de saúde e os demais serviços de saúde municipais, AMEs, serviços de reabilitação, hospitais universitários e Santas Casas.
- Respeitar, valorizar e apoiar o **processo de participação social**, garantindo autonomia e qualificação da gestão compartilhada;
- **Fortalecer e ampliar o acesso da população à Atenção Básica**, apoiando os municípios na expansão da Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde, da Saúde Bucal, Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Consultório na Rua. Vamos **aumentar o valor do Piso Estadual de Atenção**

Básica (PAB estadual), apoiar a reestruturação e informatização das UBS e **fortalecer o Programa Mais Médicos** em São Paulo.

- **Universalizar o SAMU-192 e as UPA em todas as regiões do estado,** assumindo a responsabilidade do Estado pelo **cofinanciamento solidário** das políticas de saúde que hoje contam apenas com aporte financeiro federal e municipal;
- Reorganizar as redes de saúde para garantir **atendimento hospitalar e de alta complexidade em todas as regiões**, com a participação e qualificação dos hospitais estaduais e os vinculados aos municípios, Santas Casas e universidades públicas.
- **Valorizar os trabalhadores do SUS**, independentemente do vínculo empregatício e funcional, fomentando processos de educação permanente para todos, geração de empregos, instalação da Mesa de Negociação Permanente e recomposição da dignidade da função pública do trabalhador da saúde;
- Implementar **ações regulatórias e de fiscalização da saúde suplementar** que visem proteger e apoiar os mais de 17 milhões de paulistas usuários de planos de saúde na garantia dos direitos contratuais estabelecidos com as Operadoras de Plano de Saúde, bem como garantir o ressarcimento dos serviços prestados pelo SUS;
- Constituir e investir em **parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão** para apoiar a formação e a produção de conhecimento comprometidos com as necessidade e os desafios do SUS;
- **Rever o papel e a lógica operacional** dos Institutos de Pesquisa e Fundações vinculados à Secretaria Estadual de Saúde, para atender as necessidades do sistema público de saúde e induzir o desenvolvimento do sistema produtivo e o potencial econômico e tecnológico do Complexo Industrial da Saúde paulista, a partir das necessidades da população;
- Mudar radicalmente a forma como o governo trata as pessoas, **protegendo e garantido cuidados integrais à saúde das populações em situação de maior vulnerabilidade**: os sem teto, as pessoas com sofrimento psíquico grave e em uso abusivo de álcool e outras drogas, a população negra, LGBTT, entre outros;

- Implementar a **Reforma Psiquiátrica em todo o Estado**, substituindo hospícios e comunidades terapêuticas por uma rede territorializada que cuide das pessoas em liberdade e respeite os direitos humanos, buscando a ampliação da autonomia dos usuários;
- Implantar em todos os municípios, em parceria com as prefeituras, o Programa **"De Bem Com a Vida",** desenvolvendo ações integradas de saúde, esporte,

lazer, cultura, educação e inclusão social para o desenvolvimento de ações destinadas às práticas corporais e comunitárias e outras voltadas à promoção de uma vida com mais saúde e qualidade de vida;

- **Priorizar a prevenção e o controle de doenças preveníveis por vacinas e outras enfermidades infecciosas**, como a Aids/hepatites, tuberculose, dengue, febre amarela, zyka, chicungunia, etc, **assim como condições crônicas** (câncer, AVC, diabetes, asma, hipertensão, obesidade, violências, acidentes de trabalho, doenças demenciais, etc).
- Desenvolver em conjunto com municípios ações para a **redução da taxa de mortalidade infantil, da mortalidade materna e da taxa de cesáreas,** inclusive em serviços privados.
- **Qualificar e modernizar a gestão da Secretaria Estadual de Saúde**, hoje fragmentada e pouco comprometida com a coisa pública e a consolidação do SUS, para que possa coordenar de forma integrada, em âmbito estadual e regional, o planejamento, regulação, controle e monitoramento das políticas e serviços de saúde, inclusive dos contratos com as OS, garantindo a gestão pública e transparente da saúde.
- Desenvolver parceria com Universidades com Curso de Veterinária e Municípios para minimizar os abandonos e maus tratos aos animais, estimular a esterilização e microchipagem, incentivar a guarda responsável e boas práticas de adoção consciente.

Reestruturação da Segurança Pública - Comparado com um padrão civilizatório internacional, os dados da violência em São Paulo são uma quase epidemia. Os países mais seguros contam abaixo de 5 homicídios por grupo de 100 mil habitantes, enquanto em São Paulo ocorrem 20 homicídios por 100 mil habitantes.

Os crimes de feminicídio assustam, principalmente no interior do Estado. A situação nas nossas periferias é alarmante com os jovens, principalmente negros, sendo vítimas da violência praticada pelo crime organizado e pelos aparatos de Estado.

Os roubos de carga explodem e a **ausência de fato do Estado na segurança pública** mostra por que a indústria da segurança particular é uma das maiores e mais rentáveis atividades econômicas no Estado, beirando a astronômica cifra de R$ 50 bilhões de reais.

Apesar de São Paulo ser o Estado mais rico da Federação, os policiais militares paulistas estão, em média, no 23º lugar no ranking de piso salarial brasileiro. A Polícia Técnico-Científica atua em todo o Estado, mas seu efetivo é de 3 mil servidores. **Em mais de 300 municípios não há delegados**, o que dificulta o trabalho de polícia judiciária e investigativa e eleva o estresse dos policiais.

Na década de 90, o efetivo da Polícia Civil era de cerca de 30 mil policiais, hoje não passa de 25 mil. De cada dez homicídios, a polícia investigativa só consegue resolver três casos. **Até a coleta de impressões digitais nos eventos de crime passou a**

ser um luxo no Estado. O quadro se completa por uma política excludente e preconceituosa de comandos militares que dizem que a abordagem nas áreas ricas, como nos Jardins paulistanos, deve ser diferente da feita nas periferias.

Ante esse quadro de insegurança para os cidadãos e cidadãs, ineficiência e desmando dos governos tucanos, compõem as diretrizes deste programa:

- **A Política de Segurança do governo Marinho será baseada na promoção, garantia e ampliação de direitos.**
- **O governo Marinho desenvolverá políticas públicas de prevenção à violência, reforçando a presença do Estado nas periferias com políticas públicas, esporte, cultura, lazer, geração de emprego e renda;**
- **O governo vai reestruturar a Polícia Civil e modernizar os equipamentos**, para que ela conte com uma estrutura mais racional e capaz de cumprir com sua atribuição de investigar e solucionar crimes, reformando as carreiras e garantindo a promoção por critérios objetivos;
- **O governo vai aumentar o efetivo policial nas ruas**, fazendo novos concursos e retirando do serviço burocrático policiais que atuam como agentes administrativos;
- **Com a valorização dos profissionais e investimento em inteligência e estrutura moderna**, o governo Marinho reorientará a corporação policial para empreender uma ação implacável no combate ao crime organizado;
- **O governo Marinho adotará as tecnologias mais avançadas** para monitoramentos de ruas, em convênio com as prefeituras e a sociedade civil;
- O governo vai reestruturar e fortalecer a Secretaria de Segurança Pública, de modo a produzir melhores dados para um sistema, mais completo e transparente, de Informações e Análises em Segurança Pública;
- O governo vai reestruturar o sistema socioeducativo, reorientando a política da Fundação Casa, com a participação da sociedade, pais e profissionais, de modo a garantir a educação dos jovens, profissionalização e readaptação à comunidade;
- O governo vai rever todo o sistema prisional, reorientando e adotando uma política de gestão de vagas;
- O governo vai viabilizar as audiências de custódia em todas as comarcas;
- O governo vai adotar medidas de acolhimento dos parentes nas visitas, de modo que não haja constrangimentos ou qualquer tipo de violência física ou psicológica;
- O governo vai criar um programa estadual de controle de armas, melhorando a investigação dos grandes canais de desvio das armas de fogo;
- O conceito de segurança será redimensionado, buscando combinar eficiência policial com a diminuição da letalidade e vitimização de profissionais.

Garantia dos Direitos Humanos e Cidadania - O governo Marinho estará **atento às questões de representatividade e representação das comunidades,** respeitando a diversidade, a comunicabilidade e as diferenças da população. Seguirá os passos dos governos Lula e Dilma na criação de representações específicas, como a 1ª Secretaria

Especial de Políticas para as Mulheres; aprovação de legislações revolucionárias, como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio e a Lei de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual. Implantará **programas que levem o apoio do Estado à mulher no campo e nas cidades**.

A intolerância segue vitimando pessoas em São Paulo. De cada 13 mortes no Estado, 7 são feminicídios. Contam-se também 12.886 vítimas de estupro, 1 a cada 40 minutos. Negros, jovens, mulheres e a população LGBT são alvos preferenciais da discriminação, da violência e da ausência de oportunidades. O **genocídio da juventude negra, pobre e periférica**, é alarmante: em 2016, registrou-se uma taxa de homicídios de 40,2 mortes por 100 mil habitantes, ante 16 mortes por 100 mil habitantes de brancos, amarelos e indígenas.

O governo Marinho irá mais fundo na **busca da inclusão total, da abertura do governo e da criação de políticas de Estado com vistas a uma nova consciência sobre a convivência civilizada e respeitosa na sociedade**. A gestão vai tecer uma rede de políticas que incluam idosos, crianças, juventude, população negra, mulheres e crianças vítimas de violência, pessoas com deficiências, população em situação de rua, população privada de liberdade, LGBTI, pessoas vivendo em acampamentos, assentamentos e/ou ocupações, imigrantes, refugiados, quilombolas, povos indígenas, povos rromá (ciganos) e todos aqueles privados de liberdade.

Em **atenção especial à juventude**, a efetivação de direitos, o diálogo, a participação e o envolvimento das jovens e dos jovens no desenvolvimento de uma sociedade plural, justa e democrática será a constante do governo Marinho. Mais escolas e menos cadeias; mais salas de aula e menos superlotação de classes; mais Passe Livre e menos retirada de direitos; mais espaços públicos e menos repressão.

São Paulo é um dos estados brasileiros onde se cometem mais violações aos direitos da pessoa humana. A ausência de políticas públicas de moradia para pessoas com dependência química, a violência policial e a guerra contra as drogas acarretam números alarmantes de violência, similares aos de países em guerra civil.

O PT entende que somente com **ações abrangentes de reparação de danos históricos** e com ampla abertura democrática se poderá reduzir a desigualdade social do País e enfrentar as práticas segregacionistas que perduram há cinco séculos, além de se combater as diferenças socioeconômicas.

A diretrizes deste plano para Direitos Humanos e de Cidadania são as de:

- **Garantir a transversalidade das políticas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial**, instituindo o Estatuto Estadual da Promoção de Igualdade Racial e um Sistema Estadual de Promoção da Igualdade Racial;
- **Implementar um grande plano de afroempreendedorismo**, com a criação de um programa especial de aquisições por parte do governo estadual de produtos de pequenas e médias empresas geridas por empreendedores afro, com linha de crédito específica e formação continuada;
- **Criar a Semana Afro-brasileira**, envolvendo, em sua celebração, todas as áreas do governo para uma jornada de promoção da igualdade racial;

- **Criar o Plano Estadual de Aplicação da Lei nº 10.639/03 e da Lei nº 11.645/09,** que preveem a inclusão das culturas afro-brasileira africana e indígena na educação básica;
- **Desenvolver políticas que garantam e fortaleçam a autonomia econômica para as mulheres**: formação, trabalho e renda;
- **Garantir o acesso à saúde, em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos,** educação inclusiva e acesso à cultura;
- **Desenvolver programas de combate à violência sexista** e ao atendimento das mulheres da cidade, do campo;
- **Construir centros de Promoção e Defesa da Cidadania LGBTI**, para acolhimento de denúncias e atendimento às vítimas de LGBTIfobia;
- **Ampliar a política de saúde integral da população LGBTI**, fortalecer o respectivo comitê e o ambulatório de saúde integral para travestis e transexuais, descentralizando o serviço com a construção de novas unidades, bem como adotar política pública transparente;
- **Desenvolver ações permanentes de respeito à diversidade sexual e combate à homofobia**, promovendo os direitos da população LGBTI em situação de vulnerabilidade social, com ações integradas de educação, saúde, trabalho e assistência social;
- **Reformular a Delegacia do Idoso e articular com todas as secretarias uma rede de proteção e promoção do envelhecimento saudável**, com políticas nas áreas de saúde, assistência, mobilidade, habitação, segurança, cultura e esporte;
- Criar laboratórios de inovação, como os laboratórios de fabricação (FabLabs), laboratórios de robótica e laboratórios hacker;
- Criar um programa de ocupação dos espaços públicos para a noite e finais de semana, voltado para cultura e lazer;
- Criar incubadoras e estúdios públicos para formação, divulgação e produção cultural dos jovens;
- Criar um ID Jovem SP – Identidade Jovem, que comprove a baixa renda e facilite o acesso à gratuidade nos transportes públicos e meia entrada em eventos artísticos;
- Criar o Vale Cultura Jovem estadual para a promoção de acesso a alguns eventos.
- Implantar linhas noturnas no Transporte coletivo;
- Garantir a transversalidade de gênero como uma forte identidade dos projetos, ações e programas;
- Instituir o Comitê Estadual de Diversidade Religiosa, com a incorporação do Fórum Permanente.

2.Retomada do emprego e do desenvolvimento

Em 24 anos à frente do governo paulista, **os tucanos desmontaram as instituições de planejamento e levaram a extremos a privatização do setor público**, a ponto de o Estado não dispor de instrumento real para estímulo ao desenvolvimento. Nos últimos 4 anos, especialmente, promoveram a guerra sem tréguas contra o governo federal, até produzir o impeachment da presidenta Dilma, tornando-se responsáveis diretos pelos 3,5 milhões de desempregados existentes no Estado.

Em 1988, São Paulo chegou a representar 43% do PIB brasileiro, caindo para 32,4% em 2015, segundo dados da Fundação Seade e do IBGE. Coração do setor industrial, a indústria de transformação paulista tinha, em 1995, uma participação de 45,7% na indústria de transformação brasileira, mas recuou para 38,1% em 2015. Houve também uma forte queda do peso da indústria na economia paulista. De 22% em 2008, a participação caiu para 14,9% em 2014, o menor nível desde 2002.

A perda de espaço de São Paulo na economia nacional, por causa da forte desindustrialização, precisa ser enfrentada com políticas públicas que aumentem a competitividade da economia e gere empregos, o que sempre foi a força de São Paulo. A venda de grande parte da Embraer para a Boeing foi um ataque frontal ao desenvolvimento do Estado, apoiado em alta tecnologia e empregos de alta qualificação.

Combater o desemprego e fomentar o crescimento - De acordo com a PNAD Contínua, o Estado de São Paulo registrou 14% de desemprego, ou 3,5 milhões de pessoas sem trabalho, no primeiro trimestre de 2018. Mais de 900 mil pessoas perderam contratos assinados em carteira de trabalho. Em 4 anos, o **número de pessoas sem trabalho mais do que dobrou** comparativamente ao primeiro trimestre de 2014, quando a taxa de desemprego foi de 7,2%.

Também **a renda média dos trabalhadores diminuiu** nesse período, ficando quase 7% menor. O rendimento médio real no Estado, que fora de R$ 2.807,00, caiu para R$ 2.788,00, segundo a PNAD Contínua. **A crise da maior economia do País é, antes de tudo, uma crise do emprego, da renda e do consumo das famílias**. É uma crise toda ela de Temer, Alckmin, João Doria, Paulo Skaf, Marcio França e todos os políticos a eles associados que venderam a ilusão de que bastava tirar o PT para o Brasil ir bem. Eles criaram essa calamidade pública e assim devem ser denunciados.

Justamente no período de maior seca de crédito privado, após a crise global de 2008, **o governo paulista se revelou sem nenhum instrumento efeito para o fomento da atividade econômica e do investimento**. Em sete anos de atividades, a Desenvolve SP acumulou um patrimônio de apenas R$ 1,5 bilhão. Sua carteira de crédito limitava-se a R$ 1,1 bilhão em 2016, ante uma economia estadual com PIB de R$ 2 trilhões. Das 5,1 milhões de empresas de São Paulo, a agência paulista emprestou para apenas 1.500 e para tão somente 264 dos 645 municípios paulistas.

Diante desse cenário, o compromisso número 1 de Marinho consiste em:

- **Combater o desemprego**, especialmente dos jovens, afetados por uma taxa de desocupação que, só na região metropolitana de São Paulo, atinge 39% do total, de acordo com a Fundação Seade/Dieese;

- **Fazer uma revolução no crédito, criando um Banco Paulista de Desenvolvimento e Inovação**, de início multiplicando o patrimônio da Desenvolve SP em, pelo menos, 3 vezes, para R$ 4,5 bilhões;
- Fomentar o **desenvolvimento das pequenas e médias empresas**, com destaque para as de base tecnológica (startups);
- **Criar um sistema de garantias** e captar recursos internacionais, de modo que o banco paulista possa ofertar taxas dentro de padrões internacionais com taxas de aproximadamente 4% ao ano;
- **Promover o desenvolvimento nas diversas regiões do estado de SP**, articulado com as atividades econômicas locais, as aglomerações industriais e os arranjos produtivos territoriais, como nas cadeias de Saúde; TI; Defesa; Automobilística e material de transporte; Petróleo e Gás; Química e Petroquímica; Aeroespacial; Calçados; Móveis; Têxteis e Confecções e Máquinas.
- **Desenvolver um sistema estadual de inovação**, com articulação das universidades, centros de pesquisa estaduais e do setor privado nos polos tecnológicos existentes e de novos arranjos de fomento à pesquisa;
- **Estruturar programas de capacitação empresarial e qualificação profissional;**
- **Lançar o plano *Cidades Inteligentes,*** *Estado Conectado*, um Programa Digital Cooperativo por meio do qual Prefeituras e Estado coordenarão as melhores práticas e soluções, com apoio das universidades estaduais e parceiras internacionais, em áreas como de Mobilidade Urbana, Segurança Pública, Educação, Saúde e universalização da banda larga;
- Informatização e conectividade plena das escolas públicas, incluindo o investimento em tecnologias assistivas voltadas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- **Retomar os programas sociais**, em conjunto com o governo federal, para renda, habitação e saúde, que são grandes geradores de emprego;
- **Incentivar o investimento em infraestrutura** de metrôs, trens, melhoria das estradas vicinais e universalização do saneamento básico, com alto impacto na retomada do crescimento e na geração de empregos;
- Promover um Programa de Renovação e Modernização de Máquinas do Parque Fabril Brasileiro articulado com o Governo Federal);
- Constituir agenda de trabalho de curto, médio e longo prazo, com inventário de oferta e demanda tecnológica;
- Desenvolver políticas para promover as exportações das indústrias paulistas, especialmente das PMEs;
- Garantir que as ações, políticas e programas de fomento à indústria estejam articuladas com a resolução dos gargalos econômicos e sociais do Estado;
- Elaborar política de crédito produtivo para infraestrutura e desenvolvimento industrial;

- Investir na melhoria do ambiente de negócios com a modernização da estrutura tributária estadual, dos procedimentos administrativos e dos processos de licenciamento da atividade industrial;
- Apoiar o desenvolvimento do setor de serviços avançado para apoio à modernização industrial;
- Articular programas de investimento estimulando a sinergia entre a indústria e a agricultura no Estado de São Paulo;
- Criar o Fórum da Indústria Paulista através da articulação dos diferentes atores sociais envolvidos, visando à formulação e monitoramento do Plano Nova Indústria Paulista;
- Manterá a conexão com os objetivos estratégicos do governo federal e a comunidade científica para o desenvolvimento de plataformas de conhecimento, como o laboratório de luz síncroton Sirius, em Campinas, que representa um capítulo novo na investigação da matéria nos limites do conhecimento da Física e sua aplicação na agricultura, indústria e saúde, entre outras áreas;
- Potencializar as aplicações resultantes das pesquisas do genoma em saúde humana e demais áreas, impulsionando a incubação de empresas iniciantes (startups) com adequada política de crédito e de participação em capital.
- Investir em programas de inclusão digital, em parcerias com os municípios, implantando FabLabs e laboratórios de robótica e hackers.
- Investir em tecnologias sociais que potencializem e estruturem iniciativas de Economia Solidária;

Uma política de desenvolvimento rural sustentável

- Nosso governo no Estado de São Paulo desenvolverá políticas para a agricultura e o desenvolvimento agrário, aumentando a competitividade do setor e garantindo aos pequenos produtores, agricultores familiares e assentados prioridade na implementação de políticas públicas;
- **O governo incentivará o desenvolvimento rural sustentável, para a produção de alimentos saudáveis;**
- **Apoio à associação entre os produtores, com a formação de cooperativas** para a aquicultura, pesca e diversificação produtiva da pequena e média agropecuária;
- Regularização fundiária dos assentamentos e destinação à reforma agrária de terras públicas do Estado passíveis de uso na agricultura;
- **Fortalecimento dos mecanismos que organizem a demanda de compras** públicas e a ofertas dos bens e serviços;
- **Aplicação das metas da Política Nacional de Alimentação Escolar,** assumindo o compromisso de que, em quatro anos, 30% dos alimentos comprados pela Secretaria Estadual de Educação serão provenientes da agricultura familiar;

- **Investimento em formação e capacitação para a produção orgânica**, para estimular a transição agroecológica, a assistência técnica e a extensão rural;
- Reorientação dos Institutos Técnicos e dotação de equipamento para as casas de agricultura;
- **Desenvolvimento de um plano de armazenamento, logística e abastecimento de produtos orgânicos** em parceria com os produtores;
- Parcerias com institutos, entidades e universidades na implementação dos processos de certificação;
- Devemos recuperar e garantir investimentos para os programas de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em apoio à agricultura;
- Reforço à pesquisa agropecuária, em benefício da agricultura familiar carente de suporte técnico e acompanhamento especializado nos 521 dos 645 municípios paulistas enquadrados como de vocação rural.

Infraestrutura, Logística &Mobilidade

- **Duplicar os investimentos e entregar linhas de metrô e monotrilho interrompidos e construir pelo menos duas linhas relevantes de Trens Intercidades**, sob critérios de concentração populacional e economicidade;
- **Priorizar a obra do trecho norte do Ferroanel** da Grande São Paulo, impulsionando a divisão necessária entre as linhas de trens para transporte de cargas e passageiros;
- Retomar a ideia original dos governos do PT de transporte único integrado, recriando em novas bases o **Bilhete Único Mensal** válido para todos os modais que rodam na Grande São Paulo e nas demais regiões metropolitanas (como na Baixada Santista, que possui VLT);
- Criar centros de distribuição e implantação e modernização da ferrovia até Santos;
- Reformular a malha de trens metropolitanos, com eliminação de gargalos de infraestrutura de trilhos e composições; construir novas estações e automatizar o tráfego no estado da arte da tecnologia, permitindo o aumento de velocidade das composições e maior fluxo de passageiros;
- Modernizar as estações de trens e metrô de modo a garantir acessibilidade, conforto e informação;
- Avaliar o impacto econômico das concessões de rodovias na economia popular, com revisão de concessões prejudiciais à economia do Estado;
- Implantar corredores metropolitanos;
- Criar um programa de recuperação e qualificação das estradas vicinais e debater um programa de recuperação das rodovias com os prefeitos.

Saneamento e energia

- O governo Marinho retomará os investimentos para a universalização do saneamento básico no Estado em no máximo 10 anos, o que exigirá a aplicação de R$ 3 bilhões por ano;

- Recuperar o caráter de empresa pública da SABESP e sua finalidade social; promovendo readequação da política tarifária de modo a:
    - Ampliar a abrangência da tarifa social;
    - Regionalizar os preços por renda média dos bairros, em função da sua capacidade de pagamento;
    - Fixar preços pela disponibilidade dos serviços e cobrar apenas pelo volume consumido, com o devido escalonamento de valores, de modo a estimular a redução do consumo e o cadastramento ativo de famílias pobres em bairros ricos, corrigindo injustiças;
- Levar água e saneamento para todos os loteamentos do Estado;
- Garantir a gestão compartilhada do saneamento pela empresa estadual, de modo que município e Estado dialoguem para a gestão dos recursos hídricos;
- Implantar o Projeto Tietê, que tem como objetivo ampliar a coleta e o tratamento de esgoto na Grande São Paulo e despoluir o rio;
- A despoluição do Reservatório da Billings;
- Garantir a equidade de acesso aos recursos hídricos paulistas. De maneira que os povos do campo paulistas tenham a mesma situação de acesso e gestão de água;
- Implantar no Estado a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que define a ordem de prioridade na gestão e gerenciamento de resíduos que prioriza a não geração, a redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos, e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- Estimular e apoiar por meio de Consórcios Públicos o manejo qualificado dos resíduos sólidos;
- Protagonizar a atuação nos Acordos Setoriais buscando a não geração, a redução e a logística reversa para a reciclagem de resíduos;
- Incentivar a implantação de Consórcios Públicos regionais, inclusive por meio do incentivo de um ICMS Ecológico;
- Desenvolver um programa de incentivo à implantação de iluminação pública nos municípios com lâmpadas eficientes;
- Instituir um programa de revisão e consolidação da legislação ambiental, organizando um Código Estadual de Recursos Naturais e de Controle de Poluição com participação popular;
- Regulamentação e aplicação da compensação financeira aos municípios cujo território contém unidades de proteção ambiental (Lei nº 9.146/95), ampliando o conceito para cidades e regiões impactados por obras de infraestrutura quando necessárias;
- Incentivo à instalação de energia solar nos equipamentos públicos e apoio aos municípios para programas de energia limpa e o uso eficiente de energia;
- Ampliar o controle social com a criação do Conselho Estadual de Controle Social dos Serviços de Água, Energia e Meio Ambiente no Estado;
- Desenvolver programas de acesso a energia nas áreas vulneráveis do Estado, com baixo IDH, e também para agricultores familiares e assentamentos.

Habitação

- **Reativar o programa Minha Casa, Minha Vida**, com a construção de 100 mil casas em quatro anos;
- O governo Marinho irá garantir a efetiva aplicação de 1% do ICMS na produção de Habitação Popular;
- Desenvolver programas habitacionais que contemplem a locação social, a propriedade coletiva, o atendimento aos idosos e pessoas com deficiência;
- Priorizar a produção de habitação de interesse social, por meio de diversas modalidades, como a Promoção Pública de Moradia, Promoção de Moradia por autogestão, Aquisição de Moradia Pronta, Promoção Privada de Moradia;
- Promover a regularização e melhoria dos conjuntos habitacionais de responsabilidade do Estado e dos loteamentos em conjunto com os municípios;
- Desenvolver parcerias com as prefeituras para criar um banco de terras destinado à produção de habitação de interesse social;
- Desenvolver um programa de apoio aos municípios para a recuperação das áreas deterioradas dos grandes centros urbanos e de proteção ambiental e mananciais.
- Promover Planos Diretores Metropolitanos e Regionais de forma a garantir o desenvolvimento sustentável do Estado e das cidades;
- Garantir a participação popular efetiva em todos os Conselhos Estaduais que discutem a política habitacional.

3.Gestão Participativa, Transparente e Eficiente

- O governo Luiz Marinho assumirá o compromisso com a repactuação política e administrativa do estado de São Paulo, visando governar a partir das regiões, com inovação, transparência e participação social. Governar a partir das regiões é reconhecer a importância do território na formação da agenda pública. É valorizar as características próprias de cada região, transformando a diversidade em ativo para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.
- O governo do Luiz Marinho vai implantar o Ciclo de Planejamento Participativo, considerando horizonte de curto, médio e longos prazos, com a discussão pública do Plano Plurianual Participativo (PPA-Participativo), como indutor ao planejamento do Estado em longo prazo, e processos participativos por meio de novas tecnologias como o Sistema de Participação digital.
- O governo do Luiz Marinho vai governar a partir das regiões, reconhecendo a importância do território na formação da agenda pública para a redução das desigualdades do desenvolvimento; e promoverá a Reorganização dadivisão administrativa do estado, levando em conta as particularidades econômicas, sociais e geográficas de cada região;
- O governo Luiz Marinho vai propor uma pactuação em torno das políticas e da agenda de desenvolvimento a partir das demandas e especificidades territoriais a partir do diálogo entre Estado de São Paulo e seus municípios, estabelecendo um verdadeiro regime de colaboração na implementação de políticas públicas e

estimulando a utilização de consórcios públicos e outros instrumentos de cooperação para a resolução de problemas de natureza intermunicipal;

- Além do consórcio, outras institucionalidades podem ser criadas para viabilizar o governo a partir das regiões, tais como conselhos ou comitês regionais, associação de municípios, entre outros;
- O governo do Luiz Marinho vai implantar o Sistema de Planejamento Estadual, com a Implantação do Planejamento Estratégico Situacional, o Sistema de acompanhamento dos Programas e Projetos de governo, monitoramento matricial em consonância com o novo modelo de PPA, Sistemas Informatizados de Monitoramento, práticas de prestação de contas e o Observatório de Políticas Públicas.
- O governo Luiz Marinho vai articular e integrar a Participação Cidadã e o Controle Social, com a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico e Social, que debaterão os principais temas de desenvolvimento das diversas regiões do Estado; revendo e aprimorando os Conselhos Estaduais em diferentes áreas, garantindo seu caráter democrático e deliberativo quanto às políticas públicas especificas articulando-os em torno de políticas integradas;
- O governo Marinho vai assegurar a participação cidadã na definição dos projetos estruturantes do Estado utilizando instrumentos previstos artigo 14 da Constituição Federal de 1988, que são poucos utilizados na prática como: plebiscito, referendo e iniciativa popular;
- Vamos ampliar os processos de cooperação Estado e Municípios a partir dos Consórcios Públicos, Agências e outros órgãos como forma de qualificação e apropriação dos espaços públicos das diversas regiões do Estado;
- O governo do Luiz Marinho vai desenvolver uma política de profissionalização e valorização dos servidores e servidoras públicas, implantando o Sistema Estadual de Negociação Permanente como espaço de diálogo entre a Administração e os Servidores; Introduzindo uma política de planejamento quanto à gestão responsável de pessoas para tornar mais efetivas e eficientes as estratégias de contratação e a gestão das carreiras; com o sistema de avaliação de desemprenho e a gestão informatizada de pessoas;
- No governo do Luiz Marinho, o combate à corrupção e à impunidade será implacável, e irá criar a Controladoria Geral do Estado e Instituir o Sistema de Corregedorias da Administração Pública Estadual, além de implementar no Portal do Governo um site de combate à corrupção e o Conselho da Transparência Pública e Combate a Corrupção.
- No governo do Luiz Marinho haverá a promoção sistêmica de maior eficiência do gasto público, com a implantação do programa de redução de despesas administrativas, com a Central de Compras e Contratações e modernização dos processos licitatórios;
- No governo do Luiz Marinho será implantado o Governo Digital e Transparência, ampliando a prestação de serviços, a participação dos cidadãos e

cidadãs e a transparência, visando garantir atendimento de excelência, e potencializar o governo aberto estadual, no qual os cidadãos e cidadãs serão considerados atores ativos, partícipes do processo de elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas.

4.Democratização da comunicação

O governo Marinho vai instituir uma política de comunicação pública e democrática no Estado de São Paulo, em consonância com a defesa e a promoção do direito à comunicação no plano federal, conforme o programa de governo Lula. Em especial, nosso governo vai integrar o sistema estadual de comunicação a um Portal Público do Estado de São Paulo, que informe, ajude a educar e preste serviços ao povo paulista. **O sistema público de radiodifusão, composto de TV e Rádio Cultura, será profundamente reformulado e revitalizado, de modo a projetar a comunicação de alta qualidade produzida no Estado para o Brasil e a America Latina.**

O governo vai modernizar e transformar a Fundação Padre Anchieta, mantida pelo Estado, em **polo irradiador de uma programação de natureza efetivamente pública**, ao mesmo tempo em que investirá no fortalecimento de rádios e TVs comunitárias e promoverá a desconcentração dos investimentos publicitários estatais.

O objetivo é assegurar que as comunicações sejam livres de controle das autoridades e governantes e da dominação de grupos econômicos. Assim, o governo Marinho investirá nas garantias para a total liberdade de imprensa, o pluralismo e o acesso a fontes diversificadas e independentes de informação.

A comunicação pública deve **refletir a diversidade étnica, social e cultural do povo paulista e brasileiro.** Seu esforço deve ser sempre o de incluir, ampliar, interiorizar e diversificar o público de televisão e do rádio, compreendendo as transformações tecnológicas e comportamentais da sociedade, sem descuidar da noção fundamental de comunidade.

O governo criará um amplo programa de comunicação pública, com a junção de plataformas (portal de informações na internet, rede de rádios comunitárias, rede de televisões públicas) que formarão um contraponto às versões hegemônicas e também constituirão uma janela para dar vazão às produções independentes.